

Remodelação da Sede da AMAL

Iniciou-se o processo de abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, no valor de 69.362,00€, que tem por objectivo a execução da empreitada de Construção Civil da "Remodelação do Edifício da GAMAL". Os trabalhos previstos incidem principalmente na execução de trabalhos preparatórios, pinturas, rede de pluviais, iluminação, segurança contra incêndio e diversos, sendo o prazo de execução da obra de 60 dias.

Cartografia Numérica Vectorial à escala 1:10 000

Os trabalhos de produção da cartografia numérica vectorial à escala 1:10 000 para os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila do Bispo, adjudicado ao consórcio EDINFOR S.A. e ESTEREOFOTO, S.A., tiveram início formal no dia 30 de Abril de 2007.

Simultaneamente, decorreu durante o mês de Maio o procedimento do concurso limitado sem apresentação de candidaturas para a contratação dos trabalhos de fiscalização da produção da cartografia anteriormente referida.

No âmbito deste procedimento, procedeu-se à audiência prévia dos concorrentes, não se tendo verificado a recepção de qualquer reclamação sobre a intenção de adjudicação, pelo que se efectuou a adjudicação destes trabalhos ao consórcio CARTORUMO, LDA. e GEOMETRAL, S.A.

INTERREG III B – SMITA

O projecto INTERREG III B – SMITA – Sistema Móvel de Informação Territorial Atlântico, tem como principal objectivo a criação de um sistema de informação que permitirá ao utilizador aceder a dados turísticos e culturais da região do Algarve e das outras regiões parceiras do projecto, através de dispositivos móveis, nomeadamente através de telemóveis e de PDA's.

No âmbito deste projecto e como resultado de um concurso público que decorreu durante o ano de 2006, foi adjudicado o serviço de desenvolvimento e fornecimento do Sistema de Informação SMITA, à empresa EDISOFT S.A., empresa portuguesa de tecnologia de hardware e software, fundada em 1988. Os trabalhos de desenvolvimento da plataforma tecnológica em questão tiveram início em Novembro do ano passado, e estão a decorrer em conformidade com o calendário previsto.

Nos passados dias 14 e 15 de Maio teve lugar na sede da empresa, mais uma reunião do partenariado do projecto, com o objectivo de realizar o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos. Estiveram presentes os técnicos responsáveis pelo projecto da



AMAL, do Algarve Digital, da Diputación Provincial de Huelva, da Junta de Andalucía, da Sociedad de Desarrollo de Santa Cruz de Tenerife, da ERNACT EEIG da região de Donegal na Irlanda e da Universidade John Moores de Liverpool.

A região do Algarve dispõe já de uma base de dados com cerca de 5000 pontos de interesse turístico / cultural, o que irá permitir a realização de uma série de testes necessários à correcta entrada em funcionamento deste Sistema de Informação, prevista para o próximo mês de Julho. Através da parceria com outras entidades regionais, nomeadamente com a GLOBALGARVE através do Projecto Algarve Digital, pretende-se que, mesmo depois da entrada em funcionamento do Sistema de Informação, a base de dados com a informação turística e cultural da região seja constantemente actualizada e aumentada, possibilitando que os turistas e outros utilizadores do sistema beneficiem de um serviço realmente útil e inovador.

SINALIZAÇÃO TURÍSTICA

A AMAL participa, em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no Grupo de Trabalho (GT) sobre Sinalização Turística, criado pelo Instituto de Turismo de Portugal, que reuniu pela primeira vez no passado dia 3 do corrente, na sede do Instituto de Turismo de Portugal. O GT tem como objectivo a definição de linhas orientadoras para uma implementação generalizada e eficaz de sinalização turística.

Sistema de Mobilidade do Algarve

No passado dia 3 de Maio, o GRUPO TÉCNICO para o ESTUDO DO SISTEMA DE MOBILIDADE DO ALGARVE apresentou, no auditório da CCDR Algarve as conclusões dos estudos já elaborados. Estas foram apresentadas e explicadas pelos consultores da empresa Ferbritas contratados para a elaboração dos estudos, compostos por um relatório preliminar de diagnóstico da linha de caminho de ferro existente onde se propõe algumas acções imediatas e por um estudo de procura futura com base em 6 cenários:

O cenário 1 testa o aumento de tráfego com base na introdução de sinalização electrónica em toda a linha e no reforço do serviço suburbano em Faro; O cenário 2 inclui as alterações do cenário 1 mais a introdução de material circulante diesel moderno, reforço de paragens entre Faro e Olhão, criação de capacidade adicional de cruzamento e reforço da oferta suburbana e regional; O cenário 3 inclui as alterações contidas nos outros cenários completando com a electrificação total da linha, que permitia a introdução de material circulante eléctrico.

O cenário 4 subdividia-se em dois: A criação de um traçado alternativo entre Estombar e Patã, com o intuito de mover para sul a linha de caminho de ferro no Algarve central; e um outro onde se estudava a possibilidade da criação de uma circular ferroviária a norte de Faro.

O cenário 5 testava a captação de procura para uma ligação complementar ferroviária ligeira entre Bom João / Faro / Universidade (P. Gambelas) / Aeroporto de Faro.

E por último o cenário 6 que testava a captação de procura para uma ligação complementar ferroviária ligeira entre Lagoa/Portimão.

Os resultados da procura futura levaram o Grupo a concluir que os cenários 4 e 6 não chegam ao limiar de procura que justifique estas intervenções. Assim os estudos seguintes irão avaliar a viabilidade técnica e financeira dos cenários 1,2,3 e 5.

AMAL Grande Área Metropolitana do Algarve

MUNICÍPIOS POUPAM 98 MIL EUROS COM COMPRAS ELECTRÓNICAS

Realizou-se no passado dia 24 de Maio, nas instalações da AMAL, o 1.º leilão electrónico para aquisição de papel de fotocópia e consumíveis de informática para os municípios da região.

A poupança gerada na compra de papel de fotocópia (virgem, cor e reciclado) foi de 20,68% (16 627,91€) e na compra de consumíveis de informática foi de 20,43% (82 257,82€).

A aquisição destes bens foi feita com recurso à plataforma de compras da empresa BizDirect, que permite, através de leilão, o ajustamento dos preços on-line e em tempo real.

O projecto está a ser desenvolvido em parceria com o Algarve Digital, que financia, através de uma candidatura já aprovada, os custos de implementação do sistema.

Comemorações do Dia da Europa

A AMAL em colaboração com a CCDR Algarve e com o apoio da Representação da Comissão Europeia e Parlamento Europeu, organizou diversas actividades para comemorar o Dia da Europa. As actividades decorreram em Tavira e iniciaram-se com um seminário, que decorreu durante a manhã, subordinado ao tema "Mobilidade em Pequenas Cidades Europeias" onde foram debatidos temas como a qualidade de vida urbana, as alternativas à circulação automóvel, o metro de superfície, entre outros.

Para além deste seminário realizou-se também um passeio nocturno no qual participaram uma centena de cicloturistas do Algarve e de Huelva, que saíram de Faro e percorreram cerca de 40 Kms até Cabanas da Tavira, onde houve um jantar convívio. Um marco importante deste passeio foi a abertura oficial do novo viaduto da "Ecovia do Litoral" que atravessa a Ribeira do Al-margem e que foi objecto de uma grande intervenção.

A marcar as comemorações esteve patente ao público, até ao dia 13 de Maio, no Mercado da Ribeira uma mostra de bicicletas dos últimos 50 anos, na qual estavam velocípedes de nomes consagrados como Joaquim Agostinho, Alves Barbosa, Lance Armstrong.



LEGISLAÇÃO DE INTERESSE PARA OS MUNICÍPIOS

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/07, de 03 de Maio** – Aprova o Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)

• **Decreto-Lei n.º 178/07, de 8 de Maio** - Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, que altera a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade, e a Directiva n.º 2001/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Março, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário convencional, no respeitante ao regime jurídico da realização da interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade no território nacional, alterando o Decreto-Lei n.º 93/2000, de 23 de Maio.

• **Decreto-Lei n.º 177/07, de 8 de Maio** - Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, que altera a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade, e a Directiva n.º 2001/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Março, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário convencional, no respeitante ao regime jurídico da realização da interoperabilidade do sistema ferroviário convencional no território nacional, alterando o Decreto-Lei n.º 75/2003, de 16 de Abril.

• **Decreto Regulamentar n.º 61/07, de 09 de Maio** - Altera o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril.

• **Decreto-Lei n.º 181/07, de 09 de Maio** - Altera o actual regime sobre a justificação das faltas por doença e respectivos meios de prova aplicável aos funcionários e agentes da Administração Pública, previsto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

• **Portaria n.º 583/07, de 09 de Maio** - Estabelece as regras de cálculo e actualização das taxas devidas pelo exercício da actividade industrial. Revoga a Portaria n.º 470/2003, de 11 de Junho.

• **Portaria n.º 584/07, de 09 de Maio** - Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais. Revoga a Portaria n.º 473/2003, de 11 de Junho.

• **Decreto-Lei n.º 183/07, de 09 de Maio** - Altera os Decretos-Leis n.os 69/2003, de 10 de Abril, e 194/2000, de 21 de Agosto, substituindo o regime de licenciamento prévio obrigatório dos estabelecimentos industriais de menor perigosidade, incluídos no regime 4, por um regime de declaração prévia ao exercício da actividade industrial.

• **Portaria n.º 590/07, de 09 de Maio** - Fixa o número má-

ximo de unidades orgânicas flexíveis das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

• **Acórdão n.º 258/07, de 15 de Maio** - Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 1.º, n.º 1, segunda parte, 7.º, n.os 1, 10, 12 a 18, 21 a 24, 26, 27, primeira parte, 28 a 31, 32, primeira parte, e 38, este na parte referente à «administração local», 9.º, n.º 1, 10.º, n.os 1 e 2, 15.º a 18.º e 20.º do Decreto n.º 8/2007, sobre Regime das Precedências Protocolares e do Luto Regional, aprovado na sessão de 7 de Março de 2007 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

• **Decreto-Lei n.º 196/07, de 15 de Maio** - Regula as condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica, nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

• **Resolução da Assembleia da República n.º 18/07, de 15 de Maio** - Constituição de uma comissão de acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

• **Portaria n.º 602/07, de 21 de Maio** - Relação das verbas que couberam a cada município no ano de 2006 relativas à compensação dos encargos dos alunos dos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade.

• **Decreto-Lei n.º 224/07, de 31 de Maio** – Aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).

• **Decreto-Lei n.º 225/07, de 31 de Maio** – Concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia, estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro.

• **Decreto-Lei n.º 226-A/07, de 31 de Maio** - Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

CADASTRO PREDIAL

Organizado pela escola Superior de Tecnologia da UALG, decorreu no dia 14 de Maio, um workshop sobre “Cadastro Predial”, do qual saíram as seguintes conclusões:

O IGP pretende elaborar nos próximos 3 anos, cadastro (rústico e urbano), em 30% do território que actualmente não tem cadastro rústico;

São prioritários os concelhos que ainda não têm cadastro da propriedade rústica;

No caso do Algarve as prioridades são S. Brás de Alportel, Tavira e Loulé, cujos processos se iniciarão em 2008;

O enquadramento legal para a execução do cadastro ainda não foi publicado;

Não está prevista qualquer contratualização com as Associações de Municípios para o efeito.

Reunião da Junta Metropolitana

Reunião de 04 de Maio

Plano de contratualização do QREN – O Dr. Madureira Pires efectuou uma apresentação do Programa Operacional Regional 2007/2013, tendo referido que o documento entregue na Comissão Europeia faz referência ao princípio da contratualização, o que significa que a Autoridade de Gestão pode delegar parte das suas funções de gestão. Esta modalidade implica a aceitação formal pela autoridade de Gestão de uma das propostas do plano de desenvolvimento que contempla intervenções supra-municipais, incluindo uma justificação estratégica sólida e a identificação das tipologias dos projectos de investimento coerentes entre si e que concorram inequivocamente para a concretização da

estratégia do referido plano. Neste sentido, a Junta Metropolitana deliberou, por unanimidade, solicitar a cada município os seus contributos para a elaboração do referido plano.

Apresentação dos estudos elaborados a respeito das novas soluções ferroviárias para o Algarve – O Dr. António Pina fez uma breve apresentação dos relatórios efectuados pelo Grupo Técnico referentes ao “Estudo do Sistema de Mobilidade do Algarve”. Analisado e discutido este assunto, a Junta Metropolitana deliberou, por unanimidade, oficiar a Secretária de Estado dos Transportes, no sentido de solicitar uma reunião com vista a debater o assunto e em particular as soluções/propostas apresentadas pelo grupo acima referido.

Grande Área Metropolitana do Algarve

A Junta Metropolitana do Algarve, manifestou junto dos Ministros do Estado e da Administração Interna, e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o seu descontentamento relativamente aos novos projectos de diploma legal sobre as associações de municípios e as áreas metropolitanas, uma vez que apenas prevêem a existência de duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto.

Esta situação não entra em linha de conta com as deliberações

tomadas há apenas três anos por todas as Câmaras Municipais e Assembleias Municipais do Algarve, que consideraram que a forma que mais se adequava às características e especificidades da região era a de Grande Área Metropolitana, e a reforçar esta situação está o facto do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território prever a existência de três arcos metropolitanos: Lisboa, Porto e Algarve.

Wildfire 2007

No âmbito do projecto “OCR Incendi” os técnicos a AMAL e das Câmaras Municipais de Loulé e Monchique participaram em Sevilha na IV Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais, que decorreu de 14 a 17 de Maio e que teve por objectivos:

- Proporcionar um fórum global a gestores, políticos, investigadores e profissionais de todo o mundo, para analisar os temas chave dos incêndios florestais que afectam as pessoas, as comunidades, os recursos e os ecossistemas em todas

as regiões do Mundo bem como trabalhar conjuntamente na definição de uma estratégia global contra os incêndios florestais.

- Fortalecer a eficácia das redes regionais florestais, como instrumento de uma futura estratégia e favorecer a interconexão numa rede global.

- Criar um espaço para apresentar novas tecnologias, produtos e métodos para a defesa contra incêndios florestais, do interesse dos participantes na conferência.

Substituição de Ópticas Semafóricas por Led's

O Conselho de Loulé assistiu a uma das mais significativas intervenções na área da Eficiência Energética. Tendo como objectivo a Candidatura à Medida 2.5 do MAPE-PRIME, este estudo desenvolvido pela AREAL teve como pilar fundamental a Substituição dos Semáforos actualmente instalados e equipados com Lâmpadas Incandescentes pela última tecnologia em Led's. Como metas a atingir sublinha-se a Redução do Consumo Energético, da Potência Instalada, do Cus-

to da Manutenção, a Melhoria da Visibilidade dos Semáforos e, conseqüentemente, da Segurança Rodoviária.

Considerando que o investimento real e total previsto é de 110.752,67€, passando a 66.451,60€ com o apoio do Programa MAPE PRIME, demonstra-se na tabela abaixo a PoupANÇA Anual prevista.